

ABORDAGEM DE TEMAS SENSÍVEIS E O REFLEXO NAS REDES SOCIAIS: COMO OS ALUNOS EXTERNALIZAM SUAS INTERPRETAÇÕES

Amanda Nascimento de Souza¹

A ideia do tema desse artigo surgiu de um debate suscitado na disciplina de Didática da História do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Goiás. Em um período de significativa disseminação e aumento dos discursos de ódio, racismo, misoginia, xenofobia, dentre outros tipos de preconceito e segregação, cabe às disciplinas de Ciências Humanas, como é o caso da História, tratar de debater tais temas de forma a gerar uma consciência histórica nos alunos, refletindo numa postura ética e ativa diante da sociedade.

A partir dessa perspectiva podemos incluir as questões sensíveis enquanto espaços de disputa por sentidos e significados sobre os conhecimentos legitimados ou subalternizados no âmbito educacional, sendo, portanto, disputa política e cultural nas contingências do poder (PIUBEL, 2020, p. 75)

Para legitimar os discursos produzidos fora das universidades e sem caráter científico, a parcela da sociedade responsável por disseminar esse tipo de (des)informação passou a questionar os saberes científicos, inferiorizando e desestimulando a pesquisa, taxando professores como doutrinadores e gerando um processo de revisão/negação dos eventos históricos marcados pelas atrocidades cometidas (escravidão, holocausto, ditaduras militares na América-Latina). Além disso, buscam diminuir o peso destes acontecimentos e sua importância histórica, perpetuando traumas como no caso da população negra, que ainda sofre as consequências do racismo e da escravidão.

Além disso, diante de todo esse cenário, no qual os discursos conservadores e de extrema-direita ganham espaço, aumenta o desafio dos professores de sair de um papel de meros transmissores de conhecimento e passar a abordar temas sensíveis, estimulando

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: amanda_a6@hotmail.com.

sentimentos e sensações em seus alunos, devendo estar preparados para lidar com os mais diversos tipos de reações. Há de se considerar que alguns alunos poderão se sentir tocados por se identificarem com as narrativas apresentadas em sala de aula, assim como poderá haver alunos reproduzindo os discursos negacionistas disseminados na sociedade.

Nesse contexto, se faz necessário considerar a importância das redes sociais nesse processo, já que é o meio através do qual esses alunos interagem, absorvem informações e expõem as suas opiniões e interpretações sobre diversos fatos. Podemos mencionar alguns episódios marcantes que geraram movimentos de protesto nas redes sociais, com intensa participação do público que frequenta o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, tendo como exemplo o que ficou conhecido como o “Caso Mari Ferrer”, o qual gerou grande revolta e repercussão nas redes sociais.

A jovem, no final de 2018, participou de um evento social na cidade de Florianópolis/SC e, no dia seguinte, registrou um boletim de ocorrência no qual alegava ter sido drogada e estuprada. O caso ganhou repercussão quando Mariana Ferreira decidiu se pronunciar nas redes sociais sobre o ocorrido e, após, quando do julgamento do acusado, o fato dele ter sido absolvido da acusação de estupro de vulnerável. Outro ponto que corroborou para a comoção social e grande manifestação nas redes foi a divulgação de gravações do julgamento, no qual a jovem foi vítima de um show de horror de machismo e misoginia.

Ainda, como já mencionado acima, vamos também compreender o papel fundamental exercido pelos professores que, embora estejam sendo cunhados pelos piores termos e adjetivos, devem persistir na luta para formar cidadãos críticos e éticos perante a sociedade, não se limitando a apenas cumprir o currículo pré-estabelecido.

Nessa perspectiva, o professor é entendido como um importante produtor de currículo e de conhecimento histórico escolar em sua prática profissional, ainda que esteja constantemente no centro de disputas dentro e fora da escola sobre os sentidos de escola, professor, ensino e conhecimento (PIUBEL, 2020, p. 75).

O artigo será dividido em três seções: na primeira, será abordada a conceituação dos temas sensíveis e como eles se aplicam nas salas de aula, analisando quais



sentimentos esses temas despertam nos alunos. Na segunda seção, analisaremos as dificuldades encontradas pelos docentes que, ao mesmo tempo em que possuem a missão de abordar esses temas sensíveis e contribuir na formação de alunos/cidadãos críticos e éticos, enfrentam limitações e críticas de uma parcela da sociedade que está cada vez mais negando os saberes científicos. Por fim, na terceira seção iremos compreender como os alunos interpretam esses temas sensíveis e de que forma eles externalizam tais interpretações, utilizando como principal meio de debate as redes sociais.

Temas sensíveis: o passado que não passou

Entendemos por temas sensíveis aqueles que tratam da violência, grupos marginalizados, escravidão, regimes totalitários (Ex.: ditaduras na América Latina) ou qualquer outra forma de violação dos direitos humanos e que estão historicamente associados à perpetuação de um trauma que transcende o tempo presente, como o racismo e os discursos de extrema-direita, por exemplo.

O conceito de “temas sensíveis” surgiu para enfatizar a importância de trabalhar certas questões em sala de aula e como isso influencia nas disputas discursivas acerca *do quê* e *quem* os currículos do ensino de História querem legitimar. O ensino de História enquanto espaço de debate, pesquisa, produção científica e de narrativas possui a capacidade de enfatizar ou apagar sujeitos e fatos, sendo esta uma das razões pelas quais tenta-se controlar e limitar o seu ensino, querendo os sujeitos externos à Academia definir o que pode ou não ser tratado em sala de aula.

Nesse sentido, o campo do Currículo é importante referencial na reflexão acerca do ensino de História ao propor questionamentos acerca de quais saberes, poderes e sujeitos estão produzindo e sendo produzidos pelo currículo. A articulação entre esses dois profícuos campos de pesquisa – o Ensino de História e o Currículo – nos permite ampliar a densidade teórica das reflexões sobre os conhecimentos escolares produzidos sobre os temas sensíveis na disciplina História, no escopo desse artigo (PIUBEL, 2020, p. 74).

A abordagem de temas sensíveis na sala de aula trata de um “passado que não passou”, busca a temporalidade e a compreensão de como atrocidades e violações de direitos humanos ocorridas no passado repercutem até o tempo presente.

Entretanto, a abordagem de tais temas tem que ser capaz de despertar sensações nos



alunos; alguns reagem com expressões na face, outros pedem a palavra para dizer que de alguma forma se identificam com o que está sendo tratado e ainda há aqueles que defendem que tal acontecimento “não foi bem assim”, seja porque já escutou esse discurso no âmbito familiar ou em qualquer outro meio de disseminação de informações.

Necessária se faz a abordagem desses temas sensíveis/controversos em sala de aula, não apenas com a finalidade de cumprir o currículo mínimo exigido, mas porque é através desses debates e da ressignificação do passado no tempo presente que os alunos serão capazes de se tornarem cidadãos críticos, que assumem uma postura ética e política em sociedade, em especial diante dos diversos tipos de violação aos direitos humanos.

A abordagem dos temas sensíveis guarda estreita conexão com a educação em direitos humanos, pois muitos dos episódios ali estudados implicaram sua violação. Nesse contexto, a formação docente é interpelada por diferentes narrativas ligadas a um passado que cobra respostas, coloca em questão as grandes narrativas e transforma os fatos do passado em problemas do presente. Os acontecimentos traumáticos têm forte presença e convocam o educador a pensar o ensino de História diante dos acontecimentos-limite. Como ensinar História diante do sofrimento e, atualmente, da grande desigualdade social? Eis mais uma questão posta aos formadores e aos professores! (SEFFNER, PEREIRA, PACIEVITCH, GIL, 2018, p. 91).

Sendo assim, o estudo dos chamados temas sensíveis cumpre um dever de memória, legitima a luta de diversos grupos historicamente marginalizados (negros, indígenas, mulheres) e permite a formação de alunos, enquanto cidadãos, éticos, politicamente conscientes e críticos, capazes de produzir suas próprias interpretações e análises, não sendo vítimas e perpetuadores de discursos negacionistas, sem caráter científico e (re)produzidos sem nenhuma interpretação crítica.

O papel do professor: a luz em meio ao caos

Compete aos professores esse papel de mediação entre os alunos e os conteúdos a serem estudados, sendo que suas abordagens vêm carregadas de história, posições políticas e suas próprias interpretações. Esses fatores refletem na forma como a aula será conduzida, na interpretação dada a cada conteúdo/fato histórico que será transmitida aos alunos.

Em especial quando se trata dos chamados temas sensíveis. Não basta expor



conteúdos; o professor precisa estar preparado para lidar com as mais diversas reações esboçadas pelos alunos e conseguir conduzir a aula diante das reações de indignação, medo, raiva e até mesmo daqueles alunos que pessoalmente se identificam com aqueles acontecimentos.

Entretanto, esse “saber lidar” não significa que o professor deve entrar na sala de aula com uma conduta pronta, mesmo porque as reações dos alunos são as mais diversas e inusitadas; a habilidade do professor consiste em saber ouvir e compreender as necessidades dos alunos diante daquela narrativa histórica, sendo que este “improviso” não o torna menos profissional.

Em virtude desse papel central que o professor ocupa diante do debate envolto nos temas sensíveis, a liberdade de expressão do docente fica ameaçada, com agentes externos às universidades e à pesquisa tentando decidir o que pode/deve ou não ser tratado em sala de aula.

Aqueles assuntos que incomodam, que geram questionamentos e podem suscitar ondas de protestos vão sendo colocados para debaixo do tapete ou, já que não é possível excluí-los dos conteúdos mínimos exigidos, devem ser apresentados de forma que não sejam tão graves assim. A exemplo da ditadura militar no Brasil, busca-se o discurso de que não fora tão violenta e ainda marcou um período de significativo crescimento econômico no país, ou seja, para legitimar os atuais discursos de ódio e extrema-direita tenta representar um dos períodos mais perversos da história do país de forma positiva.

As coisas se complicam quando a polêmica diz respeito a problemas contemporâneos difíceis, traumáticos e mal resolvidos. Tudo que pode gerar controvérsia pública aciona o sentimento de “melhor não falar sobre isso”, e a História escolar segue tal como uma carroça abandonada porque não atropela ninguém (SEFFNER, PEREIRA, PACIEVITCH, GIL, 2018, p. 90).

Em meio a este controle que as disciplinas de humanidades sofrem, aqueles professores que tentam transpor a barreira da censura e trazer para o centro das discussões os temas sensíveis, que assim são considerados por repercutirem na atualidade, por tratarem de um passado vivo, a fim de construir nos alunos uma capacidade de análise crítica, são taxados como doutrinadores, vítimas de *fake news* e distorções em relação ao

que efetivamente é trabalhado em sala de aula.

Assim, quando os professores assumem sua autonomia intelectual e pedagógica e ministram suas aulas com empatia, dinâmicas integradoras e com ouvidos atentos as demandas dos alunos, mais que simples transmissores de conhecimento eles se tornam a ponte para que os alunos tenham sua própria tomada de consciência e reflitam isso na sociedade, sendo cidadãos críticos e atentos aos acontecimentos, não servindo como massa de manobra.

Interpretações e reações: como os alunos absorvem os temas sensíveis e refletem isso através das redes sociais

Diante de todo esse debate é preciso compreender como a abordagem desses temas impacta na consciência histórica dos alunos e quais reações geram neles. Esse conceito trazido das obras de Rüsen, mostra como a construção da consciência histórica exige conteúdos que permitam o desenvolvimento de uma argumentação histórica crítica, de uma contra-narrativa, ao passo de que tais conteúdos buscam a mobilização de experiências específicas do passado relacionadas a sua própria experiência.

A partir do seu presente e de sua experiência, alunos e professores se apropriam da história como uma ferramenta com a qual podem romper, destruir e decifrar a linearidade de determinadas narrativas históricas, fazendo com que elas percam o seu poder como fonte de orientação para o presente, conforme abordado por Schmidt e Garcia (2005).

Há alunos que irão discordar do que está sendo apresentado em sala de aula porque ouviram do pai ou avô outra versão sobre aquele acontecimento histórico; há aqueles que irão se sentir sensibilizados diante de alguma situação de degradação da condição humana dos atores do fato analisado e, ainda, uma outra reação que merece cuidado e empatia do docente: aqueles alunos que se identificarem com a realidade retratada, a exemplo de alunos que já foram vítimas de racismo.

Ocorre que, com a expansão e facilidade de acesso às redes sociais, elas se tornam um ambiente fértil e propício ao debate e exposição de opiniões, muitas vezes sendo



utilizadas como meio para que esses alunos externalizem suas interpretações e convicções sobre determinados temas, em especial quando surge alguma onda de protesto ou assuntos em alta que despertam opiniões públicas, tendo como exemplo atual os diversos posicionamentos que estão girando em torno da vacinação contra a Covid-19.

Neste cenário, os alunos se posicionam, emitem um juízo de valor e suas opiniões; se utilizam de memes, charges, imagens e textos em suas redes sociais para retratarem suas interpretações e opiniões sobre o assunto em questão.

Ao mesmo tempo em que a internet facilitou essa circulação de informações, se tornou um ambiente propício para externar posicionamentos e possibilitou que os alunos tenham maior acesso às informações; há um paradoxo quanto ao real nível crítico que eles possuem: se as opiniões ali apresentadas de fato foram construídas partindo de uma interpretação crítica dos fatos ou se estão fazendo o papel de reprodutores de opiniões prontas.

Independente dos fatores negativos que a internet traz, é inegável o ganho em espaço para debate que as redes sociais trazem, sendo um ambiente para a troca de informações e de conhecimento e um meio para os alunos se engajarem nas discussões e emitirem suas interpretações sobre os temas em questão.

Considerações finais

O propósito desse artigo foi tratar dos temas sensíveis a partir da relação desses com a conduta do professor em sala de aula e com a forma como eles repercutem no imaginário dos alunos. A questão dos temas sensíveis me chamou a atenção durante as aulas da disciplina de Didática da História em virtude da responsabilidade que a abordagem desses temas traz consigo; tratar das questões sensíveis é cumprir um dever histórico, é a tentativa de criar uma consciência histórica capaz de refletir na sociedade e interromper esse ciclo perverso de violação aos direitos humanos.

Porém, para que o professor exerça seu papel de mediador nesse processo é preciso que ele exerça seu ofício com liberdade, autonomia e sem restrições ao que pode ou não



ser tratado, ainda mais quando esta censura parte de pessoas que não possuem conhecimento apropriado para interferir no currículo da disciplina.

Trazer os temas sensíveis ao debate, permitir que os professores exerçam seu ofício com a liberdade de expressão assegurada pela Constituição Federal e utilizar as redes sociais com os benefícios que ela pode oferecer, não como meio de disseminar *fake news*, sendo empáticos aos discursos e posicionamentos dos alunos é criar um terreno fértil para novas abordagens teóricas, temáticas, metodológicas e epistemológicas. Assim, podemos pensar e vivenciar o ensino de História de maneira a desestabilizar concepções hegemônicas acerca de quais sujeitos, saberes e temporalidades são legitimados no currículo desse componente.

Referências

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1dXXH_b68sI5BbaF1cPvJgYpaiAf3MNoT/view. Acesso em 29/07/2021.

GIL, Carmen Zeli de Vargas; EUGÊNIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**. v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188773>. Acesso em 18/01/2021.

PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de história, dever de memória e os temas sensíveis: educação, linguagem e memória. **II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos: Educação, Arte e Direitos Humanos**. p. 1-6. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/seminarioECPE/article/download/3955/3709>. Acesso em 18/01/2021.

PIUBEL, Thays Merolla. Temas sensíveis no ensino de história: produzindo conhecimento histórico escolar na relação passado/presente. **Escritas: Revista do Curso de História Araguaína**, vol. 12, n. 2, p. 71-87, 2020. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/9282/17653>.

Acesso em 18/01/2021.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet; PACIEVITCH, Caroline; GIL, Carmen Zeli de Vargas. Formação docente em história: conhecimentos sensíveis, memórias e diálogos. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, v. 23, n. 2, p. 79-96, 2018. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/4459/pdf>. Acesso em 18/01/2018.